

## O arquivo, a memória, o mal: interfaces da psicanálise no mal de arquivo\*<sup>1</sup>

### Archive, memory, evil: interfaces of psychoanalysis in archive fever

Tânia Corghi Veríssimo\*<sup>2</sup>  
Paulo César Endo\*<sup>3</sup>

*Pretende-se com este artigo explorar algumas das interfaces da psicanálise contempladas por Derrida em seu ensaio Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana (2001). Para tanto, foram eleitos como eixos desta escrita: a discussão sobre o caráter marcadamente subversivo encontrado na concepção de memória postulada pela psicanálise freudiana; a trilha feita por Derrida, esta que, pautada pelo estudo de determinados artigos de Freud sobre a memória, alçou a psicanálise ao estatuto de ciência do arquivo; a exploração do mal enquanto ingrediente fundamental e multifacetado que, imbuído de uma reflexão sobre a pulsão de morte freudiana, assumirá no ensaio uma centralidade para a compreensão do arquivo derridiano.*

**Palavras-chave:** Psicanálise, memória, arquivo, mal de arquivo

\*<sup>1</sup> Artigo baseado em dissertação de mestrado concluída em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo, intitulada *Interfaces psicanalíticas no Mal de Arquivo: o mal como sustentação de contrários e a pulsão arquiviolítica como "além do além" do princípio do prazer*, orientada pelo prof. dr. Paulo César Endo.

\*<sup>2, 3</sup> Universidade de São Paulo – USP (São Paulo, SP, Brasil)

“Por que reelaborar hoje um conceito de arquivo? Numa única e mesma configuração, a um só tempo técnica e política, ética e jurídica?”, indagou Derrida nas primeiras palavras do seu ensaio, *Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana* (2001). Indagação de um pensador que entendeu a filosofia como um “pensar em ação”, isto é, uma atividade indissociável das questões trazidas pelo movimentar da história e da política.

Em *Papel Máquina* (Derrida, 2004) ele marcará sua posição:

Obtendo êxito de maneira irregular, mas nunca o bastante, tentei, portanto, ajustar um discurso ou uma prática política às exigências da desconstrução. Não sinto um divórcio entre os meus escritos e os meus engajamentos, apenas diferenças de ritmos, de modo de discurso, de contexto etc. (p. 348)

770 Aqui, quando fala sobre engajamento, Derrida refere-se à sua militância contra a pena de morte, sua defesa aos sem documentos, sua adesão à causa das minorias como mulheres, homossexuais, e sua luta contra o *apartheid*, essa que o levou a escrever sobre a experiência dos tribunais de perdão da África do Sul. A partir de 1994, ano em que Nelson Mandela instituiu a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, que pretendia alcançar a “verdade” como condição para o perdão, Derrida acompanhou de perto o funcionamento da comissão sul-africana, parecendo particularmente interessado no mecanismo de *vir à tona*, identificando aí um movimento oposto ao do recalque que tudo esconde e oprime (Rodrigues, 2006, p. 331).

Seu ensaio, publicado em 2001, derivou de uma conferência proferida justamente nesse ano de 1994, ano importante em termos de mobilização e engajamento, no qual sistematizou sua implicação com o que ficou recalçado, silenciado ao longo da história. Explorou aquilo que denominou arquivos do mal, ou seja, aqueles documentos “dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, recalçados” (p. 8), abrindo com isso um horizonte de problematização ética.

Como se haver com tantos trabalhos comprometidos com a destruição de arquivos? O que pensar a respeito dessa impiedosa tendência ao apagamento, se assim podemos nomeá-la?

Para dar conta dessas questões, Derrida (2001a), em movimento de dignificar palavras, propõe começar “nem pelo começo, nem mesmo pelo arquivo, mas pela palavra ‘arquivo’” (p. 11) resgatando-a em seu radical. Relembra a origem terminológica do arquivo como *arkhê*, este que abriga em si dois significados distintos, sendo eles começo e comando. Com isso, amplia a perspectiva de reflexão sobre o arquivo, uma vez que o pensará em sua realização institucional, a partir de princípios formadores — topológico e nomológico — em diferentes camadas de influência. O arquivo, nesse solo derridiano, dar-se-á no cruzamento desses princípios referentes *ao lugar e à lei*, perdendo, assim, sua posição aleatória, localizando-se em um campo político de arbitrariedades.

Para explicitar essa peculiaridade na constituição do arquivo, isto é, esse cruzamento da lei e da autoridade entremeado por lugares institucionais que o formam, Derrida resgata a figura do *arkheion* grego, inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse *lugar* que era a casa deles (casa particular, casa da família ou casa funcional) que se depositavam então os documentos oficiais. Segundo o autor, foi assim, nessa chamada domiciliação, nessa obtenção consensual de domicílio, que os arquivos nasceram. Precisavam de uma localização e de um guardião, não poderiam prescindir de um suporte, de uma residência. Merece atenção também as passagens institucionais promovidas pelas moradas, lugares dados aos arquivos no encontro com a lei. Derrida reforça que tais passagens podem ou não acontecer, exemplificando que a transição do privado para o público proporcionada pelo arquivo, não significa, necessariamente a passagem do secreto ao não secreto. Aponta que, em tal estatuto, os documentos, que não são sempre escritos discursivos, não são guardados e classificados no arquivo, senão em virtude de uma topologia privilegiada. Assim, com a ênfase dada à questão da topologia privilegiada, apresenta um lugar particular de escolha onde a lei e a singularidade se cruzam no privilégio, retirando o arquivo de uma condição imparcial ou naturalizada.

Duque-Estrada (2010), compreende que a concepção derridiana do arquivo abre para uma nova forma de pensar o âmbito da política, articulando três dimensões responsáveis por esta nova configuração e que se encontram interligadas no Mal de Arquivo: primeiramente, a amplitude ilimitada da dimensão política do arquivo que contempla momentos como o da seleção, passando pela conservação e pelo acesso, chegando à leitura dos documentos;

depois, a sua relação com a questão da democracia, na referência de que a *democratização* efetiva se mede sempre pelo critério essencial de participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação; e, finalmente, o seu interesse pela psicanálise, na assunção da participação do inconsciente na constituição do arquivo. Quem acessa o arquivo? Quais as condições de sua configuração?

Dada essa nova concepção de arquivo em um escopo de arbitrariedades, diferentes forças atuantes — lugares de poder, direito de acesso e manipulação do arquivo — e hierarquias participantes em sua confecção, entende-se que não seria mais possível olhar para o arquivo desde uma visão do senso comum. E esta será uma das denúncias de Derrida: a iatrogenia posta na insistência numa concepção logocêntrica do arquivo. Ou seja, o arquivo não mais poderá ser tomado como objeto congelado, bloco unitário e homogêneo de mera estocagem do passado. Ao contrário, deverá ser visto como construção dinâmica e viva, aberta ao futuro, parcial e portadora de inconsistências, ambiguidades e heterogeneidades. Não corresponde mais àquela imagem do objeto referente ao tempo passado, engavetado e restrito àquilo que fez parte de um tempo circunscrito.

772 Recuperando as palavras de Derrida (2001a), “o arquivo deveria pôr em questão a chegada do futuro” (p. 48). Afirmação de um ponto de vista progressista não apenas em relação aos arquivos propriamente ditos, mas, sobretudo, no que tange nossos possíveis modos de abordagem de episódios e registros de fatos supostamente encerrados em determinado tempo da história. Assim, o filósofo também faz pensar que antes de analisar determinados arquivos em questão, deveríamos primeiramente refletir sobre *como* concebemos o arquivo. Como arquivamos?

O fato é que Derrida ilumina a questão do *como arquivamos* oferecendo a ela um lugar de primazia. Dirá que a técnica arquivística se sobrepõe ao conteúdo arquivado e será determinante na constituição desse conteúdo. Ou seja, dirá que o modo como arquivamos, nossos meios de arquivamento darão lugar a conteúdos distintos, formarão arquivos dependentes de suas técnicas de produção. Em suma, dirá que “não se vive da mesma maneira aquilo que não se arquivava da mesma maneira” (p. 31).

Essa questão levantada em seu ensaio é aplicada, inclusive, à prática psicanalítica. A respeito das inovações tecnológicas e seus impactos no fazer psicanálise, encontramos uma reflexão sobre o uso de e-mails como técnica produtora de arquivos, reiterando a premissa de que a técnica adotada no arquivamento determinará o conteúdo arquivável:

Isto significa que no passado a psicanálise (não mais do que tantas outras coisas) não teria sido o que foi se o *E-mail*, por exemplo, tivesse existido. E no futuro não será mais o que Freud e tantos psicanalistas anteciparam, desde que o *E-mail*, por exemplo, se tornou possível. (Derrida, 2001, p. 29)

Dada a difusão dos meios de arquivamento e comunicação contemporâneos, podemos estender a pertinente discussão e pensar para além do e-mail enquanto técnica de produção do arquivo. Consideremos as diferentes técnicas e meios de reprodução digital, as tecnociências; essas que por sua vez, pode-se dizer, produziram uma transformação final à materialidade do arquivo, logo, no sujeito. O novo quadro de técnicas arquivais expõe a necessidade de repensar as formas herdadas de documentar, conservar e transmitir informações e conhecimentos; o trabalho com arquivo e sua teoria; seu lugar institucional; bem como suas inovações.

Podemos pensar que o formato carta, da época de Freud revelava, em si, uma aspiração à permanência. Ao caráter de coisa guardável, arquivável em si. Algo que se deve manter como marca implicada de nossa passagem no tempo e um legado — íntimo ou documental — para a posteridade.

Ao contrário, hoje a tensão dos escritos virtuais carregam a demanda de serem apagados. Quando, como apagá-los? A pressão de uma memória do *hardware* que não os suportará assombra esses escritos curtos.

Como arquivamos? Como produzimos esses arquivos que, conforme enfatizado, não representam mero estoque do passado, mas uma dimensão viva e pulsante, aberta ao futuro. Como arquivaremos hoje e no futuro? Interessante acompanhar que no Mal de Arquivo, essa tarefa de reformular a concepção de arquivo vigente, considerando a dimensão lacunar e sintomática inerente a qualquer arquivo, terá a psicanálise como referencial indispensável. Derrida que há tempos mantém interlocução com a psicanálise, produzindo uma série de trabalhos no bojo dessa interlocução, tais como “Freud e a cena da escritura” (1967), *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além* (1980) e *Estados da alma da psicanálise* (2001), dessa vez convidará a psicanálise para esse diálogo sobre o arquivo com expectativas de que ela produza uma revolução ao tema.

Qual a inflexão que a psicanálise carrega em seu bojo no debate sobre o arquivo?

O diálogo com a psicanálise perpassa todo o Mal de Arquivo, de modo que o arquivo psicanálise, enquanto ciência e teoria metapsicológica, será pensado na obra tanto como ciência do arquivo numa trilha de estudos sobre a memória quanto como constructo desenhado por Freud em seus

atravessamentos teórico-clínicos e pessoais. A relação de Freud com a própria judeidade será um ponto a ser analisado a partir do contato com a obra de Joseph Yerushalmi, grande estudioso do judaísmo interpelador da obra de Freud “Moisés e o monoteísmo” (1937/1996c).

Por ora, sigamos neste artigo a trilha de estudos sobre a memória em psicanálise, esta que foi tomada por Derrida e será um constructo importante nas reflexões sobre o arquivo na obra *Mal de Arquivo*.

### **Memória em psicanálise: subversão e revolução**

Basta percorrer o caminho teórico de Freud no desenvolvimento de sua metapsicologia, desde trabalhos que trazem como tema a fundação do aparelho psíquico, para constatar que suas fundamentações jazem em contradições fundamentais que precisam ser lidas e sustentadas no fazer psicanalítico até os dias atuais. Tais fundamentações trazem a compreensão de que o trabalho com a memória em psicanálise não seria sobre eliminar contradições, mas sobre fazê-las operar. O trabalho com a memória e o arquivo obriga o olhar para os fragmentos e Derrida, podemos dizer, para pensar o arquivo, iluminou aspectos da metapsicologia freudiana em seus lugares mais decisivos.

Dentre eles, merece destaque, primeiramente, as considerações encontradas no “Projeto...” (1895/2006). Temos nesse artigo o estabelecimento do inconsciente como um sistema de memória; o que aponta para uma reflexão acerca das forças e mecanismos operantes no psiquismo, estes que obedecem às leis do inconsciente para a constituição do que concebemos memória em psicanálise em seu caráter de produção de traços psíquicos passíveis ou não de transcrição e/ou tradução. Esse tópico impõe também a necessidade de compreensão do recalque como conceito-chave para acessar as condições de possibilidade da memória inconsciente.

Ao longo do texto, acompanhamos Freud, sobretudo, em dois pontos: tanto no mecanismo de produção de traços psíquicos na constituição do aparelho quanto no papel do recalque nessa produção. Na medida em que ilustra o psiquismo em termos de seu funcionamento neuronal, propõe a existência de dois tipos de neurônios: os neurônios de percepção ou neurônios *fi*, permeáveis, que não oferecem resistência, mas também não retém nenhum traço das impressões, e um outro tipo, chamados neurônios *psi*, que oporiam barreiras de contato à quantidade de excitação e conservariam o traço impresso. Assim, a cada excitação, esses neurônios *psi*, os que fariam

resistência à energia transmitida, ficariam num estado diferente do anterior. Relembro Gueller (2005), quando afirma que “Os neurônios *psi* são, assim, a primeira encenação da memória psíquica” (p. 41).

Freud aqui estaria atento a um panorama ligado à condução de energia em acúmulo, à possibilidade ou não da efetuação de um transporte ou passagem de uma carga para outro espaço psíquico ou registro. O que passa e o que não passa? Quais as possibilidades e barreiras postas nesse exercício de transmissão de impressões? Não foi sem propósito que Freud fundamentou sua teoria a partir de noções como as vias de facilitação e barreiras de contato na dinâmica psíquica da memória. Em princípio, ele postula que a memória está representada pelas facilitações existentes entre os neurônios *psi*, para depois dizer que a formulação da memória representada pelas *diferenças* nas facilitações *entre* os neurônios *psi* é mais correta.

A questão da *diferença entre* deve ser levada em conta aqui, ou seja, para Freud, a possibilidade de abrir caminhos de facilitação estará diretamente ligada às diferenças entre os neurônios, de modo a construir a memória; esta que, conforme mencionado, não seria um atributo do psiquismo, mas sua essência. Podemos concluir que a noção de inscrição psíquica, tão cara à psicanálise, só poderá ser entendida como aquilo que faz resistência, barreira e opera no sentido da negatividade para formação de traços de memória.

O recalque também deverá ser pensado nesse panorama de construção de traços psíquicos em uma dinâmica de paradoxos que assolam o aparelho. Nas palavras de Gueller (2005):

Quando a retranscrição não se produz, porque isto provocaria desprazer, há recalque e fixação, o que, em termos de memória, se opõe ao apagamento. O recalque produz memória, poderíamos dizer e, ainda, será que não é só a partir dele que pode-se pensar o traço? São os signos recalcados os que não conseguem sua retranscrição, não conseguem tradução como representações-palavra, permanecendo, então, como memória. (p. 49)

Também, o recalque será o grande agente dessa situação de criação de traços pelo motor dado pela barreira ou pela negatividade. O recalque será a operação condição para a criação da memória que, aqui, não será sinônimo de inscrição, mas daquilo que não se traduz, ao menos, imediatamente.

Com isso, podemos dizer que o estudo da memória em psicanálise nos leva ao encontro com questões paradoxais. Pergunta Gueller (2005), “Por que nos lembramos mais do que esquecemos do que daquilo que conseguimos

lembrar?” (p. 53). Em psicanálise, não lembrar pode ser justamente a prova de que algo ficou registrado. A operação do *re-calque* será a que impede a vinda das representações à consciência como mecanismo psíquico defensivo, mas será a mola propulsora daquilo que insiste em *re-aparecer* e falar no sujeito, um garantidor da memória na medida em que se ocupará inevitavelmente da produção de restos, *re-atualizações* cifradas, *re-tornos* em forma de rastros enigmáticos que demandarão sua decifragem, isto é, a instalação e alargamento do campo simbólico. O que nos permite falar em des-lembrar; do mal-lembrar e do lembrar encobrendo (Endo, 2018, p. 79).

Para além do “Projeto...” (1895/2006), merece destaque aqui a interlocução de Derrida com *A interpretação dos sonhos* (1900/1996a), grande obra de Freud que também será ilustrativa da chamada revolução produzida pela psicanálise em sua teorização sobre o funcionamento psíquico.

Grenha (2004), elenca três pontos de subversão identificados por Derrida ante a teoria freudiana sobre os sonhos antes mesmo da produção do *Mal de Arquivo* (2001).

O primeiro ponto refere-se à subversão da linguagem e à construção da escritura como nova noção. Derrida estabeleceu interlocução com a *A interpretação dos sonhos* (1900/1996a) ao tomar o sonho como modelo de grande potencial subversivo que representará o avanço da noção de traço para a escritura propriamente dita. O sonho como formação do inconsciente permitirá que Derrida aprofunde o debate que havia aberto na *Gramatologia* (1967/1973) anteriormente, na medida em que explicita o que denominou “ruptura freudiana”, ou seja, um abalo radical da noção de escritura até então vigente na história do pensamento. Em “Freud e a cena da escritura”, Derrida (1966/1995) relembra que “o sonhador inventa sua própria gramática” (p. 196), alçando a produção onírica a um patamar de liberdade e transbordamento que viria a contrapelo do caráter aprisionante e hierárquico da linguagem tal como posto pelo estruturalismo.

Neste sentido, podemos dizer que a linguagem do sonho foi tomada por Freud como aquela que não pode ser apreendida como tal; e, uma vez que o sonho fala, esta, por sua vez, não poderá ser reduzida à linguagem fonética da experiência consciente; será pensada desde uma escritura não fonética em geral, deduzindo do trabalho com os sonhos uma outra concepção de linguagem. Quem inaugura isso é a escuta psicanalítica. Portanto, o exercício da memória não se esgota no que se fala e no que se silencia, mas no que se escuta. Um arquivo permanece cativo sem alguém que o escute.

O segundo ponto de subversão do sonho identificado por Derrida refere-se à atemporalidade inconsciente, o que pensa o passado como aquele

tempo que nunca esteve presente e que não o será jamais, e que impede de maneira definitiva que se possa pensar o sonho a partir do presente ou da presença do presente — metafísica da presença. O inconsciente sendo atemporal, marcaria o sonho como formação inconsciente que rompe a relação com a cronologia linear, com aquela concepção tradicional de tempo pertencente à metafísica do tempo da consciência.

Por fim, o terceiro ponto de ruptura promovido pelo sonho freudiano, na esteira da *différance* e da denúncia de um código pleno e apriorístico de origem na linguagem, vem mostrar que, contrariamente ao que postulou Saussure, a diferença entre significante e significado nunca é radical. O trabalho do sonho não toma emprestado o significante, mas consiste em produzi-lo em sua significância; ou seja, haveria aqui a impossibilidade de um código permanente que permitisse substituir ou transformar os significantes conservando o mesmo significado.

Por isso temos a leitura freudiana dos sonhos caracterizada por uma atitude nunca fechada em relação ao seu texto. Ao contrário, será aquela que não se enclausura na procura do seu sentido, aberta à narração, a cada vez, singular, no caminho da reconstituição. Por isso, também, Grenha (2004) recupera em Freud que esta reconstrução via narrativa atravessa a impossibilidade da tradução, isto é, importante relembrar que da passagem do inconsciente para o pré-consciente e finalmente em direção à consciência, Freud não tratará da tradução no sentido de uma transmissão de um pensamento cuja versão original seria encontrada no inconsciente.

Com esses elementos, podemos estabelecer conexões da memória tal como concebida pela psicanálise e a concepção de arquivo elaborada por Derrida que, como aqui demonstrado, se deu a partir de um diálogo com fundamentos da teoria freudiana que vem de longa data. Pelo “Projeto...” (1895/2006), conhecemos uma concepção de aparelho de memória que se constrói por caminhos de facilitação que só podem ser lidos atrelados a resistências, àquilo que não passa ou que não passou por completo em linhas de transmissão, às marcas que só se fazem possíveis em meio às parcialidades e dificuldades encontradas no caminho, àquilo que existirá e ganhará o estatuto de inscrição psíquica pelo fato de não se traduzir; em suma, àquilo que se positiva em meio a contradições. Através de *A interpretação dos sonhos* (1900/1996a), não estaremos mais no campo da linguagem do senso comum, e sim do campo aberto, não cronológico e encadeado da escritura, numa experiência de liberdade psíquica e inventividade até então não encontrada.

Nesta perspectiva de sustentação dos paradoxos da memória, na mesma esteira do que assinalou Derrida a respeito do sonho freudiano em seu potencial transgressor da tradição da ciência, Endo (2018), complementa:

Os sonhos rejeitam, todas as noites, a lógica linear, factual, as verdades últimas, definitivas e inexoráveis e as posições de consenso e de ordem. Os sonhos jogam com as certezas como cartas num baralho. Nos sonhos está a verdade singular arranjada e rearranjada enquanto se revela e se oculta o lembrado, para sempre mantido esquecido e o esquecido jamais inteiramente lembrado. Nos sonhos não há o que buscar, o que ele revela são o que eventualmente poderá ser criado a partir dos traços que ele expõe. (p. 84)

O sonho que derruba marcadores binários será ao mesmo tempo realidade e ficção. Este que tal como o arquivo derridiano compreende o mal em seu cerne, ou seja, a dimensão fragmentária, indefinida, incompleta, disjunta, nebulosa, disforme.

Com efeito, diante de um modelo de psiquismo fundado em paradoxos, é possível afirmar que frente à reflexão até aqui sustentada, esta que pensa o arquivo operado fundamentalmente por contradições, enganar-se-á aquele que tomar o arquivo como *locus* da memória sem olhá-lo como lugar do próprio desfalecimento. Segundo Derrida (2001a):

Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória. (p. 22)

Para Freud, nesta perspectiva, evidencia-se uma noção de memória que não corresponderia de modo algum à ideia de lembrança e recordação impregnada ao senso comum.

No interjogo de forças, temos o arquivo que não será nem memória nem anamnese, produtor e destruidor de traços, conservador e revolucionário, formando uma noção — tal como a noção freudiana de aparelho psíquico — que trará a contradição como seu princípio fundador e o assentamento de suas bases na coexistência de contrários. Para Derrida (2001a), “Nada é menos claro, nada é menos garantido hoje em dia do que a palavra arquivo [...] nada é tanta perturbação e nem mais perturbador” (p. 117).

Até aqui partimos do cruzamento entre os termos memória e arquivo. Seriam sinônimos? Tomemos este cruzamento sem perder de vista o caminho trilhado por Derrida em diálogo com a psicanálise, marcado neste momento pela leitura dos estudos freudianos sobre a memória para pensar o arquivo.

Qual seria a diferença entre memória e arquivo? Por que Derrida escreveu *Mal de Arquivo* ao invés de *Mal de Memória*?

### Psicanálise: ciência do arquivo

Uma leitura da obra freudiana, desde os chamados textos pré-psicanalíticos — anteriores à publicação de *A interpretação dos sonhos* (1900/1996a) — até seus artigos finais, permite observar que estudos sobre a memória serão exercícios constantes e obstinados assumidos por Freud em sua trajetória epistemológica. Questões acerca da memória movimentaram e movimentam o desenvolvimento de sua metapsicologia desde o momento da adoção de uma posição inaugural implicada na escuta de sujeitos que tinham seu sofrimento referido a reminiscências.

Em seu “Projeto para uma psicologia científica” (1895/2006), Freud foi peremptório na afirmação do aparelho psíquico como fundamentalmente um aparelho de memória, estabelecendo a impossibilidade da tessitura do trabalho psicanalítico prescindir de um olhar para a memória.

Uma das principais características do tecido nervoso é a memória; isto é, em termos muito gerais, a capacidade de ser permanentemente alterado por simples ocorrências — característica que contrasta tão flagrantemente com o modo de ação de uma matéria que permita a passagem de um movimento ondulatório, para logo voltar a seu estado primitivo. Uma teoria psicológica digna de consideração precisa fornecer uma explicação para a memória. (p. 351)

Muitos serão os feixes abertos nesse diálogo ao longo de *Mal de Arquivo* e, conforme já mencionado, uma expectativa de revolução está posta na psicanálise enquanto vetor de reformulação da concepção tradicional e logocêntrica de arquivo que se fazia hegemônica. Podemos dizer que Derrida adotou o modelo freudiano de aparelho de memória como paradigma para os estudos sobre o arquivo conferindo efetivamente à psicanálise o estatuto de ciência do arquivo.

Importante nos concentrarmos nessa denominação da teoria freudiana como ciência do arquivo. Por que a psicanálise seria a ciência do arquivo? Tomando esta consideração como ponto de partida, quais seriam os cruzamentos dessa ciência do arquivo com a questão da memória tal como foi concebida metapsicologicamente por Freud? Da memória ao arquivo, Derrida

seguirá essa trilha de estudo de modo a apresentar o que ele entenderá como modelo arquivado do psiquismo.

Para tentar responder a essas questões, há que se acompanhar aqui uma passagem teórica efetuada por Freud e que Derrida compreenderá como responsável pela constituição da psicanálise não apenas como ciência da memória, mas do arquivo. Trata-se da escrita do artigo “A nota sobre o Bloco Mágico” (1925/2010), para Derrida, marca inaugural da psicanálise como aquela que quer ser uma ciência geral do arquivo, de tudo o que pode acontecer à economia da memória e seus aportes, traços, documentos, em suas formas internas ou externas.

Antes de discorrermos sobre essa circunstância, contudo, talvez seja importante nos determos na “Carta 52” (1896/1996b) — enquanto produção subsequente ao “Projeto...” — através da qual Freud desenvolveu algumas ideias embrionárias à problemática do arquivo. Afinal, será a partir da “Carta 52” que o aparelho psíquico deixará de ser pensado exclusivamente pelos termos força, intensidade, caminhos de facilitação e barreiras de contato, sendo entendido a partir da ideia de signo e suas possibilidades de tradução.

780 A “Carta 52” (1896/1996b) opera uma mudança de concepção do psiquismo. Será a partir desse artigo que o mecanismo psíquico passa a ser compreendido como espaço de estratificação de camadas sucessivas no qual o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias, “a uma retranscrição” (p. 281).

Ocorre aqui, portanto, a elaboração de um modelo revelador de uma concepção espacial e temporal, constituído de signos heterogêneos cada qual correspondente a diferentes estratos psíquicos. Temos os estratos: P (percepção), Ps (sinal de percepção), Ics (inconsciente), PCs (pré-consciente); todos dispostos em um gráfico que terá sua estrutura mantida por Freud em *A interpretação dos sonhos* (1900/1996a). As travessias dos signos de percepção nesse modelo de memória serão pensadas em termos de inscrições ou transcrições que poderão ou não chegar à consciência. Sem esquecer que, nesse momento, a atenção de Freud voltava-se especialmente para o que estaria impedido de ser transcrito.

Pensemos nos diferentes registros expostos no esquema de Freud em uma concepção de memória que não se faz de uma só vez, mas se desdobra em diferentes tempos. Também enfatizemos que essa “Carta 52”, ao trazer a lógica da escritura para o cerne do funcionamento psíquico, pensando-o pela linguagem da inscrição, tradução, transcrição e retranscrição, aproxima-se do

que Derrida em “Freud e a cena da escritura” (1966/1995), reafirma como premissa freudiana: a do modelos de aparelho como metáfora que vincula o psiquismo a um texto, ou seja, a uma linguagem escrita.

Contudo, não basta compreender o psiquismo como metáfora da escritura para tomá-lo como metáfora arquivada. Essa passagem se dará, conforme mencionamos, por uma nova concepção trazida pelo Bloco Mágico de 1925.

Podemos dizer que Derrida explorou a irradiação de efeitos promovida pelo Bloco Mágico no *Mal de Arquivo* por mais de uma vertente. Tomemos, como ponto de partida, uma citação a respeito das condições necessárias à configuração do arquivo destacada por Derrida (2001a): “Não há arquivo sem um lugar de consignaço, sem uma técnica de repetição e sem certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior” (p. 22).

Na passagem da memória para o arquivo a exterioridade é questão capital. E o “Bloco...” será a sistematizaço dessa exterioridade, na medida em que surge como modelo técnico de máquina-ferramenta destinada a representar exteriormente a memória como arquivamento interno. Segundo Derrida (2001a):

Tendo em conta a multiplicidade de lugares *no* aparelho psíquico, o *Bloco mágico* integra também, no próprio interior da *psukhe*, a necessidade de certo exterior, de certas fronteiras entre o dentro e o fora. E com este *exterior doméstico*, isto é, com a hipótese de um suporte, de uma superfície ou de um espaço *interno*, sem os quais não há consignaço, registro ou impresso nem repressão, censura ou recalque, o *Bloco mágico* acolhe a ideia de um arquivo psíquico distinto da memória espontânea, de uma *hupomnesis* distinta da *mneme* e da *anamnesis*: a instituiço em suma de uma *prótese de dentro*. (p. 31)

No artigo “Nota sobre o Bloco Mágico” (1925/2010), Freud apresenta uma metáfora para o aparelho psíquico perceptual tanto em termos de sua estrutura quanto de seu funcionamento. Conta de um pequeno dispositivo que, diferentemente de uma folha de papel em branco e analogamente ao psiquismo, pode oferecer duas coisas ao mesmo tempo: uma superfície receptora sempre disponível (já que seu espaço não será esgotado por rabiscos irremovíveis) e traços duradouros (que não sofrerão o apagamento de suas marcas/vestígios). Trata-se da caracterizaço do bloco mágico. Eis a estrutura do aparelho psíquico metaforizado por uma tabuinha feita de cera ou resina equivalendo ao inconsciente, uma folha de celuloide que cobriria essa tábua representando sistema Pcp-Cs e um estilete que ilustraria o estímulo potente

na confecção de inscrições duradouras na tábua, mediadas pela película protetora e receptora do estímulo. Eis também o funcionamento do psiquismo metaforizado, uma vez que a escrita/inscrição na tábua de cera (Ics) surgirá condicionada ao contato entre o papel (Pcp-Cs) que recebe o estilete (estímulo) e a tábua que recebe a impressão; num movimento que relaciona o aparecer e o desaparecer da escrita com o cintilar e evanescer da consciência na percepção.

Retomando a exterioridade como questão capital na constituição do arquivo, a pergunta não estará restrita ao *como* se arquivava determinado evento — pressupondo a existência de modos diversos de arquivamento, logo diferentes produções arquivais — mas qual a qualidade dos fatores externos intervenientes nesse processo. Talvez possamos levar em conta a exterioridade como a figura do terceiro em psicanálise, fator estruturante e componente indispensável na realização de um arquivo. O arquivo torna-se uma elaboração institucional e política, portanto, abre perguntas em torno das consequências de uma falta de suporte para o advir de um registro, para travessias psíquicas que efetuam mudanças de registro tais como a passagem da marca para a representação, por exemplo. O que acontece com uma experiência pulsional sem suporte na exterioridade? Quais destinos pulsionais seriam forçados ante a experiência? “Em que se transformaria o arquivo quando ele se inscreve diretamente no próprio corpo?” (Derrida, 2001a, p. 8).

782

Impõe-se a presença do outro para que se faça um arquivo e se pense sobre o factual e a verdade. Nesta linha, fica colocado que esse terceiro, entendido como suporte fundamental à realização do arquivo e à tessitura de um campo representacional, faz-se necessário por estabelecer-se como via para a repetição, isto é, como *técnica sine qua non* para que um arquivo se constitua. Com isso, pode-se concluir que é preciso o suporte para que ali esteja alicerçada a repetição enquanto possibilidade de acontecimento.

No entanto, é sabido que em psicanálise a repetição não deve ser assumida em caráter unívoco. Do que trata a repetição pontuada por Derrida como técnica arquivística? Um dos caminhos para pensar essa questão seria debruçarmo-nos sobre a distinção feita por Freud quanto ao estatuto da repetição em sua obra. Afinal, a repetição de 1914, aquela explorada em “Recordar, repetir e elaborar”, trata do que o sujeito não recorda devido ao recalque e que será repetido pela ação (*acting out*) sem que ele saiba que está repetindo; ou seja, trata do retorno do recalcado posto em ação pelo sujeito no laço com o outro, esse suporte da repetição. Já a repetição pensada em 1920 em “Além do princípio do prazer”, indica a necessidade de pensar

sobre o conceito de compulsão à repetição, este que se constitui como outra modalidade de repetição e memória, não mais ligada ao princípio do prazer e regida pela pulsão de morte.

O arquivo/mal de arquivo de Derrida contempla ambas as conotações de repetição e memória aqui expostas. Afinal, o arquivo será esse que, mediante um suporte externo necessário à sua existência, usará essa base como palco de atuação de suas forças tanto no sentido de repetição como reimpressão, retorno do recalcado, remarcação do traço e do exergo em termos de reapresentação de um material em busca de representação quanto na direção de reativação da lógica da compulsão à repetição, da destruição, isto é, da pulsão de morte. Nas palavras de Derrida (2001a):

783

Não esqueçamos jamais esta distinção grega entre *mneme* ou *anamnesis*, por um lado, e *hupómnema*, por outro. O arquivo é hipomnésico. E notemos de passagem um paradoxo decisivo sobre o qual não teremos tempo de nos deter mais que condiciona sem dúvida toda esta proposta: se não há arquivo sem consignaço em algum lugar exterior que assegure a possibilidade de memorizaço, da repetição, da reprodução ou da reimpressão, então lembremo-nos também que a própria repetição, a lógica da repetição, e até mesmo a compulsão à repetição, é, segundo Freud, indissociável da pulsão de morte. Portanto, da destruição. Consequência: diretamente naquilo que permite e condiciona o arquivamento só encontraremos aquilo que expõe à destruição e, na verdade, ameaça de destruição, introduzindo *a priori* o esquecimento e a arquivolítica no coração do monumento. No próprio “saber de cor”. O arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo. (pp. 22-23)

No coração do arquivo jaz a contradição elementar, porém dinâmica. Por um lado os esforços para a memorizaço e consumaço da vida via simbolizaço. Por outro, a ameaça de morte e extermínio de qualquer possibilidade de presentificaço e registro psíquico.

## A presença do mal

Inicialmente pensamos sobre a ênfase colocada na questão do *como* conceber um arquivo para entender nossos modos de arquivamento de determinados eventos, bem como nossos meios de acesso e abordagem dos registros da história. No entanto, se esta reflexão sobre o *como* se faz

indispensável nesta discussão, podemos dizer que ao introduzir o mal enquanto ingrediente fundamental na constituição do arquivo, Derrida impõe uma reflexão de maiores implicações.

Para explorar a extensão desta discussão sobre o mal, em princípio seria importante observar que Derrida operou uma mudança de título em seus trabalhos — a conferência de 1994 chamava-se “Conceito de arquivo. Uma impressão freudiana”, enquanto o ensaio de 2001 recebeu o nome de *Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana*. Essa substituição, da palavra “conceito” pela palavra “mal”, podemos pensar, anuncia mudanças significativas nas considerações sobre o arquivo que serão expostas doravante.

Observamos na obra um destaque dado à palavra “mal”, de modo que, para um filósofo dedicado a pensar os textos em sua estrutura formal, sua organização retórica, bem como seus tipos textuais, essa troca de palavras acentuando o mal não poderia se revelar anódina. Por que Derrida, *a posteriori*, incluiu o “mal” em seu título? Qual a extensão do “mal” no mal de arquivo e o que o “mal” quer dizer aqui nas reflexões sobre o arquivo?

784 A pretensão de responder a tais questões aponta, primeiramente, para a necessidade de acompanhar que nesse ensaio o mal não surge unívoco, mas contempla diferentes facetas até vir a compor o sintagma mal de arquivo contido em seu título.

O primeiro sentido dessa reformulação do título do trabalho e a consequente elevação do mal na obra deve ser compreendido a partir de sua estratégia de leitura, ou seja, a desconstrução.

Primeiramente, temos aqui a lógica da desconstrução aplicada à ideia de “conceito de arquivo” — que figurava no título da conferência de 1994. Pela desconstrução, através da denúncia da impossibilidade de um pensamento se organizar em torno de conceitos fechados em si, numa pretensa homogeneidade, opera-se o abandono do uso da palavra conceito que, por sua vez, estaria impregnada dessa concepção homogeneizante. Podemos pensar que não à toa Derrida (1967/1973) elege o termo “quase-conceito” para expressar aquilo que resiste à definição, de modo que aqui, a substituição da palavra “conceito” pela palavra “mal” apresentará o “mal” como representante dessa não homo-geneidade inerente ao arquivo, do “quase”, daquilo que não fecharia um bloco unitário.

Cito Derrida (2001a):

Ora, quanto ao arquivo, Freud jamais conseguiu formar um conceito digno deste nome. Nós também não. Não temos conceito, apenas uma impressão, uma série de impressões associadas a uma palavra. Oponho aqui o rigor do

*conceito* à vaga ou mesmo franca imprecisão, à relativa indeterminação de uma tal *noção*. “Arquivo” é somente uma *noção*, uma impressão associada a uma palavra e para a qual Freud e nós não temos nenhum conceito [...] Esta seria uma das teses: há razões essenciais devido às quais um conceito em formação fica sempre inadequado ao que deveria ser, dividido, disjunto entre duas forças. E essa disjunção teria uma relação necessária com a estrutura do arquivamento. (pp. 43-44)

Entende-se que nesse movimento, o autor, ao invés de adequar a linguagem/conceito ao que ela não mais daria conta com esse fechamento “arquivo”, iluminará o que excede, aquilo que até então vinha excluído da concepção de arquivo tradicional e assim o fará com a introdução do “mal”, formulando o “mal de arquivo”.

Num segundo momento, reparemos também no mal que, ao mudar de posição na sintaxe, compondo em princípio o termo “arquivos do mal” para depois ganhar espaço na expressão “mal de arquivo”, título do ensaio, responde àquele propósito da desconstrução referente ao derrubamento da hierarquia de termos, instalando a alternância de primazia de um termo sobre o outro. Em outras palavras, observemos que Derrida, ao cunhar o mal de arquivo, lança luz sobre o mal como elemento preponderante que exerce primazia sobre o arquivo, tirando-o da condição de efeito secundário e alçando-o à posição de produtor, inclusive pela posição que ocupa na frase, posição precedente e primeira na expressão “mal de arquivo”.

Neste sentido, tal como o significante antes secundarizado sobrepôs-se ao significado, a escrita à voz *phoné* (Derrida, 1967/1973), o mal passa a ser não apenas esse que precede como aquele que se sobrepõe ao arquivo, participa inevitavelmente do arquivo, instalando na obra a impossibilidade de existência de um arquivo sem mal de arquivo. Com a introdução do “mal”, teremos de agora em diante essa interdependência crucial marcada pelo reinado do mal na constituição do arquivo.

Depois, num terceiro tempo, podemos pensar esse acento dado ao mal a partir da passagem feita entre os termos arquivos do mal e mal de arquivo. Lembrando que Derrida parte do mal enquanto horror e crueldade que marcariam episódios da história, e que seriam desviados, destruídos e silenciados fazendo-se arquivos do mal; e envereda para a construção da noção de mal de arquivo, essa que não equivale ao horror expresso nos arquivos do mal, mas consiste na disjunção nodal presente em todo arquivo.

Observemos na obra o “mal” multifacetado, numa multiplicidade de significados assumidos por determinadas expressões utilizadas no ensaio

Conforme já mencionado, o termo “mal de arquivo” não será sinônimo de “arquivos do mal”; assim como “mal de arquivo” diferirá em sentido frente ao termo “perturbação do arquivo”. Portanto temos que, para Derrida, mal não será sinônimo de perturbação. Haverá também a utilização dos termos “mal de arquivo” e “*estar em/estar com* mal de arquivo”, denotando um campo de diferenças radicais entre ambas expressões.

O autor aponta que a perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo, o que, somente no idioma francês, abriria para um novo significado. Por exemplo, a expressão “em mal de arquivo/estar com mal de arquivo” assume conotações bastante diferentes de um mal ou perturbação:

É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está já com mal de arquivo. (Derrida, 2001a, pp. 118-119)

786

Daqui temos que o termo mal de arquivo, esse capaz de produzir a perturbação do arquivo, ou seja, o turvar da visão, bem como de todos os silenciamentos, quando colocado como um estado (*estar em/estar com* mal de arquivo) evocará uma dualidade fundamental, abrindo para um sentido diametralmente oposto.

O arquivo, entende-se, poderá consumir-se somente pelo mal de arquivo, ou seja, através de batalhas pela afirmação da vida e da palavra quando já se tocou a impossibilidade da existência. Viver e morrer, matar e morrer, exterminar e sobreviver, lembrar e esquecer, eis algumas das ambivalências formadoras do movimento do arquivo pelo mal de arquivo, essa contradição interna indissociável, produtora, tantas vezes ignorada, e que deverá ser necessariamente sustentada no trabalho com o arquivo se não quisermos incorrer à reprodução de arquivos do mal.

Por fim, dado esse campo de ambiguidade e imprecisão onde se localiza o arquivo nas reflexões sobre o mal nessa obra de Derrida, um ingrediente merece destaque: a já mencionada pulsão arquiviolítica. Afinal, se o arquivo se situa em um âmbito de imprecisão e disjunção, será a pulsão arquiviolítica que, justamente, radicalizará tais características. Esta que, segundo Derrida (2001a):

[...] é muda (*stumm*) e trabalha, mas, uma vez que trabalha sempre em silêncio, não deixa nunca nenhum arquivo que lhe seja próprio. Ela destrói o seu próprio arquivo antecipadamente, como se ali estivesse, na verdade, a motivação mesma de seu movimento mais característico. Ela trabalha para destruir o arquivo: com a condição de apagar, mas também com vistas a apagar seus próprios traços — que já não podem desde então serem chamados “próprios”. Ela devora seu arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido externamente. Esta pulsão, portanto, parece não apenas anárquica, anarcônica (não nos esqueçamos que a pulsão de morte, por mais originária que seja, não é um princípio, como o são o princípio do prazer e o princípio da realidade): a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo. (p. 21)

O autor considera necessário insistir que essa potência arquiviolítica não deixa atrás de si nada que lhe seja próprio nem próximo. Lembra que, como a pulsão de morte é também, segundo Freud, uma pulsão de agressão e de destruição (*Destruktion*), ela não leva somente ao esquecimento, à amnésia, à aniquilação da memória como *mneme* ou *anamnesis*, mas comanda também o apagamento radical.

Com isso, entende-se que o raio de destruição da pulsão arquiviolítica se mostra mais abrangente, afinal, não haveria arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem certa exterioridade que seria necessariamente alvo atacado. O autor aponta que “Não há arquivo sem exterior” e, embora questione a natureza dessa exterioridade, posteriormente, afirma com clareza que o arquivo precisa desse lugar que assegure a possibilidade da memorização, da repetição, da reprodução ou da reimpressão. Ora, a repetição aqui poderia ser entendida dentro do escopo da pulsão de morte, regente da lógica da compulsão à repetição trabalhada por Freud desde 1920 e agora ligada à compulsão arquivial.

O mal aqui, ligado à pulsão arquiviolítica, radicaliza a imprecisão do arquivo propondo uma questão mais revolucionária. Afinal, se estamos situados no campo do traumático, do mal enquanto força equivalente à pulsão de morte em seu escopo destrutivo de traços, marcas e quaisquer inscrições possíveis na constituição do Eu, como pensar a possibilidade de constituição do arquivo no trauma? Como este se daria e quais seriam as condições de legibilidade desse arquivo?

Pois pensar o trauma em psicanálise nos coloca diante de uma radicalidade diante dos riscos do desamparo e da morte psíquica, dos ataques atrozos da pulsão de morte/arquiviolítica aos princípios organizadores do Eu. Temos aqui uma questão fundamental endereçada à psicanálise, esta que

pretende trabalhar com o trauma como força excessiva que extrapolou as possibilidades de sustentação pulsional pelo Eu. Esta que se ocupará de tentativas de trabalho de enlace simbólico com os escombros do que se revelou catastrófico e ameaçador à sobrevivência psíquica do sujeito.

Qual nosso grau de responsabilização frente às forças radicais de apagamento inerente aos arquivos da história?

Pois bem, a pulsão de morte/arquiviolítica também nos obriga a tomar posição. A pulsão de morte no coração do arquivo também nos convoca a olhar para a exterioridade apontada por Derrida como questão capital ao arquivo. O psiquismo freudiano é hipomnésico, arquivial e, inescapavelmente, precisamos do outro para nos constituir.

Com esta contribuição temos alçada a centralidade de um potencial destruidor no interior do arquivo que nos levaria a recalcular a eficácia exterminadora do “trabalhar contra o trabalho” característico da pulsão arquiviolítica. Neste cenário de reconhecimento da existência de uma força de aniquilação que toca o extremo, também vemos a instalação da necessidade de analisar com mais cautela as reais possibilidades de reparação psíquica dos arquivos da catástrofe.

788 Por que reelaborar hoje um conceito de arquivo? Hoje parti desta indagação e deste recorte para dar início a este diálogo, pois a entendo imperecível e pertinente a todos aqueles — psicanalistas, filósofos, críticos — que não se permitem descansar das inquietações que os interpelam na relação com os arquivos da história, os problemas do sujeito, das ciências e das contradições postas na vida em sociedade.

Sem esquecer da máxima derridiana que alça o arquivo a um lugar auspicioso quando “deveria pôr em questão a chegada do futuro”, espera-se que as palavras aqui esboçadas alavanquem outras discussões futuras.

## Referências

- Coracini, M. J. R. F. (2010). A memória em Derrida: uma questão de arquivo e de sobrevida. *Caderno de estudos culturais*, 2(4), 125-136, jul/dez.
- Derrida, J. (1973). *Gramatologia*. (Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro). São Paulo, SP: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1967)
- Derrida, J. (1995). Freud e a cena da escritura. In *A escritura e a diferença*. São Paulo, SP: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1966).
- Derrida, J. (2001a). *Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.

- Derrida, J. (2001b). *O estado da alma da psicanálise: o impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo, SP: Escuta.
- Derrida, J. (2004). *Papel máquina*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.
- Derrida, J. (2007). *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além*. São Paulo, SP: Civilização Brasileira.
- Duque-Estrada, P. C. (2010). Jamais se renuncia ao arquivo – Notas sobre o “Mal de arquivo” de Jacques Derrida. *Revista Natureza Humana*, 12(2), 1-16.
- Endo, P. (2018). Freud, o inconsciente, a des-memória, a in-memória e os paradoxos do esquecimento, do sonho e do real de Auschwitz. *Revista Percurso*, 60, 77-88, junho.
- Freud, S. (1996a). Carta 52. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. I). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (1996b). *A interpretação dos sonhos*. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. V). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1996c). Moisés e o monoteísmo. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Freud, S. (2006). Projeto para uma psicologia científica. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. I). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (2010). Nota sobre o “Bloco Mágico”. In *O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925).
- Grenha, T. (2004). *Herança e escritura em cena: um estudo sobre Freud em Derrida*. Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio. Departamento de Filosofia.
- Gueller, A. S. (2005). *Vestígios do tempo. Paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*. São Paulo, SP: Arte e Ciência.
- Rodrigues, C. (2006). Jacques Derrida: pensar a desconstrução. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, 9, 330-335.

## Resumos

(Archive, memory, evil: interfaces of psychoanalysis in archive fever)

*This article intends to explore some of the interfaces of psychoanalysis discussed by Derrida in his essay Archive Fever: A Freudian impression (2001).*

*The following ideas were therefore selected as pillars of this text: the discussion on the markedly subversive character found in the concept of memory postulated by Freudian psychoanalysis; Derrida's path which, guided by the study of certain articles by Freud on memory, raised psychoanalysis to the status of science of the archive; the exploitation of that fever as a fundamental and multifaceted ingredient which, imbued with a reflection on Freud's death drive, is central to the essay to understand Derrida's archive.*

**Key words:** Psychoanalysis, memory, archive, archive fever

(L'archive, la mémoire, le mal: interfaces de la psychanalyse dans le mal d'archive)

*Cet article a pour objectif d'explorer certaines des interfaces de la psychanalyse envisagées par Derrida dans son essai Mal d'archive. Une impression freudienne (2001). A cette fin, les axes suivants ont été choisis dans ce travail : la discussion sur le caractère nettement subversif que l'on trouve dans la conception de la mémoire postulée par la psychanalyse freudienne ; le chemin tracé par Derrida, qui, guidée par l'étude de certains articles de Freud sur la mémoire, élève la psychanalyse au statut de science de l'archive ; l'exploration du mal comme ingrédient fondamental et multiple qui, imprégné d'une réflexion sur la pulsion de mort freudienne, sera centrale dans cet essai pour la compréhension de l'archive derridienne.*

**Mots clés:** Psychanalyse, mémoire, archives, mal d'archive

(El archivo, la memoria, el mal: interfaces del psicoanálisis en el mal de archivo)

*Con este artículo se pretenden explorar algunas de las interfaces del psicoanálisis contempladas por Derrida en su ensayo Mal de Archivo. Una impresión freudiana (2001). Para ello, se eligieron como ejes de este escrito la discusión sobre el carácter marcadamente subversivo encontrado en la concepción de la memoria, postulada por el psicoanálisis freudiano; la senda hecha por Derrida que, pautada por el estudio de determinados artículos de Freud sobre la memoria, ha promovido al psicoanálisis a la categoría de ciencia del archivo; y la explotación del mal como ingrediente fundamental y multifacético que, lleno de una reflexión sobre la pulsión de muerte freudiana, asumirá en el ensayo una centralidad para la comprensión del archivo derridiano.*

**Palabras clave:** Psicoanálisis, memoria, archivo, mal de archivo

**Citação/Citation:** Veríssimo, T. C., & Endo, P. C. (2020, dezembro). O arquivo, a memória, o mal: interfaces da psicanálise no mal de arquivo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23(4), 769-791. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n4p769.6>.

**Editora/Editor:** Profa. Dra. Sonia Leite

**Submetido/Submitted:** 18.4.2020 / 4.18.2020  **Aceito/Accepted:** 14.7.2020 / 7.14.2020

**Copyright:** © 2009 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental/ University Association for Research in Fundamental Psychopathology. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados / This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original authors and sources are credited.

**Financiamento/Funding:** Este trabalho recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Brasília, DF, Br) / This work is supported by Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Brasília, DF, Br) .

**Conflito de interesses/Conflict of interest:** Os autores declaram que não há conflito de interesses. / The authors declare that there is no conflict of interest.

TÂNIA CORGHI VERÍSSIMO

Mestre pelo Programa de Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP (São Paulo, SP, Br); Pesquisadora bolsista do CNPq (Brasília, DF, Br); Pesquisadora do Grupo de Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP) (São Paulo, SP, Br); Psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo, SP, Br).

Rua Marselhesa, 341 – Vila Clementino

04020-060 São Paulo, SP

[tan.verissimo@gmail.com](mailto:tan.verissimo@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9534-8696>

PAULO CÉSAR ENDO

Psicanalista; Pesquisador e professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo – USP (São Paulo, SP, Br); Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH-Diversitas) (São Paulo, SP, Br); Coordenador do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) (São Paulo, SP, Br); Instituto de Psicologia (IPUSP).

Av. Professor Mello de Moraes, 1721 – Butantã

05508-030 São Paulo, SP, Br

[pauloendo@uol.com.br](mailto:pauloendo@uol.com.br)

<https://orcid.org/0000-0003-3993-4786>



This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium for non-commercial purposes provided the original authors and sources are credited.